

REFLEXÕES SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA FORMAÇÃO DE PROFESSORES ALFABETIZADORES, DESAFIOS E EXIGÊNCIAS

REFLECTIONS ON PUBLIC POLICIES FOR THE TRAINING OF LITERACY TEACHERS, CHALLENGES AND REQUIREMENTS

Joanire de Souza Pinto¹
Jéssica Maís Antunes²
Rosemari Lorenz Martins³

RESUMO

Este artigo trata sobre políticas públicas educacionais voltadas para a formação do professor e para a alfabetização dos alunos. Traz uma breve apresentação do PROFA-Programa de Formação de Professores Alfabetizadores, PNAIC - O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, o Pibid e o Pró-Letramento, programa de formação continuada de professores que atuavam nos anos iniciais do ensino fundamental, entre 2008 e 2010. O objetivo da pesquisa é realizar algumas reflexões sobre as contribuições dessas políticas para o trabalho docente. Para isso, foi feita uma breve revisão bibliográfica sobre o tema, a partir de uma pesquisa de cunho qualitativo. Conclui-se que cada um desses programas têm contribuído significativamente no processo da formação dos docentes. Porém, fica em aberto a necessidade de ampliar a reflexão sobre a necessidade de pensar projetos emergentes para se discutir práticas pedagógicas frente ao atual contexto de mudanças rápidas, e os novos desafios voltados para a globalização da comunicação, a era da informação, os dilemas de conhecimento, da conectividade no ambiente educacional, que impactam diretamente na atuação do professor.

PALAVRAS-CHAVE: Alfabetização. Formação de professores. Políticas Públicas.

¹ Possui graduação em Letras - Português e Inglês pela Universidade Feevale (2021) Atualmente é Educadora Social do Centro Social Madre Regina, Novo Hamburgo, RS, atua como assessora de comunicação, captação de recursos e marketing, na assessoria de planejamento de atividades socioeducativas, para crianças e adolescentes vinculadas ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Articula as rodas de conversas para Mães. Coordena o projeto Inclusão produtiva para mulheres. Tem experiência e habilidades na área da música. *E-mail:* joanirejo@gmail.com

² Graduada em Pedagogia Licenciatura Plena pela Universidade Federal do Pampa (2014), Especialista em Mídias na Educação pela Universidade Federal de Pelotas (2016) e Mestra pelo curso de Mestrado Profissional em Letras da Universidade Feevale (2020). Atualmente é professora da educação infantil no município de Campo Bom/RS. *E-mail:* jehantunes31@gmail.com

³ Graduada em Letras- Português/Alemão (1993), Especialista em Linguística do Texto (1996) e Mestre em Ciências da Comunicação (1999) pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos e Doutora em Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2013). Atualmente é professora permanente do Mestrado Profissional em Letras e do Programa em Diversidade Cultural e Inclusão Social e professora do curso de Letras da Universidade Feevale. Atua como pesquisadora nos grupos de pesquisa Linguagens e Manifestações Culturais e Informática na Educação. Tem experiência na área de Letras, atuando principalmente nos seguintes temas: leitura, aquisição da linguagem e letramento, inclusão escolar e variação linguística e ensino. <https://orcid.org/0000-0003-0658-5508>

ABSTRACT

This article deals with educational public policies aimed at teacher training and student literacy. It presents a brief presentation of the PROFA-Program for the Formation of Literacy Teachers, PNAIC - The National Pact for Literacy in the Right Age, Pibid and Pró-Letramento, a continuing education program for teachers who worked in the early years of elementary school, between 2008 and 2010. The objective of the research is to carry out some reflections on the contributions of these policies to the teaching work, for that a brief bibliographical review on the subject was made, through a qualitative research. It is concluded that each of these programs has significantly contributed to the process of training teachers. However, the need to broaden the reflection on the need to think about emerging projects to discuss pedagogical practices in the current context of rapid changes, and the new challenges facing the globalization of communication, the information age, the dilemmas of knowledge, connectivity in the educational environment, which directly impact the teacher's performance.

KEYWORDS: Literacy. Teacher training. Public policy.

1 INTRODUÇÃO

Com o passar dos anos, o que se pode perceber é que a qualidade da educação brasileira sempre foi medida a partir dos efeitos/resultados dos métodos escolhidos dentro de cada contexto, conforme as demandas da sociedade, ou seja, a escola sempre formando o tipo de aluno que o mercado precisava. Na sociedade contemporânea, não é muito diferente, mesmo com estudos inovadores como os de Ferreira e Teberosky (1985), Freire (2000), Soares (2004), Mortatti (2004), Moraes (2006), entre outros, que contribuem para que haja um outro olhar no que se refere à alfabetização plena dos educandos. Ainda assim, a escola, com outro foco, continua trabalhando agora para o que a sociedade exige: educar pessoas para atuarem no mundo globalizado e neoliberal⁴.

De acordo com os estudos de Mortatti (2004), foi somente no século XX que o termo alfabetização passou a ser usado para descrever o ensino de leitura e da escrita nos primeiros anos em que as crianças eram incorporadas ao ambiente escolar.

Sendo assim, o Brasil percorreu um longo caminho entre métodos e teorias na busca de uma educação de qualidade. A epistemologia de educação vigente trouxe

⁴ Podemos definir o neoliberalismo como um conjunto de ideias políticas e econômicas capitalistas que defende a não participação do estado na economia. De acordo com essa doutrina, deve haver total liberdade de comércio (livre mercado), pois esse princípio garantiria o crescimento econômico e o desenvolvimento social de um país.

algumas contribuições para que o Brasil melhorasse seus índices de alfabetização. De acordo com dados retirados do censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a taxa de analfabetismo vem diminuindo, pois entre pessoas com mais de 15 anos, em 2000, era de 13,3%, comparadas com 15,5% em 1995 e 20,0% em 1986.

Outro instrumento utilizado no Brasil para medir os índices de alfabetização é feito pelo Indicador de Alfabetismo Funcional (Inaf⁵). No Inaf realizado em 2011, pode-se verificar que: “[...] o percentual da população alfabetizada funcionalmente foi de 61% em 2001 para 73% em 2011, mas apenas um em cada quatro brasileiros domina plenamente as habilidades de leitura, escrita e matemática”.

Esses resultados evidenciam que, mesmo que em passos lentos, o Brasil já obteve avanços, principalmente nos níveis iniciais do alfabetismo. Contudo, neste país, ainda não foram atingidos progressos visíveis no que tange ao alcance do pleno domínio de habilidades necessárias para a inserção plena na sociedade letrada

Diante disso, a história nos mostrou que muitas políticas públicas e ações governamentais foram criadas e pensadas estrategicamente com a preocupação em tornar as crianças alfabetizadas aumentou, como também, as instituições escolares elegeram vários métodos e processos de aprendizagens para medir e conseguir alcançar os seus objetivos, ora colocando o professor como centro do processo educativo, ora colocando o aluno nesta posição.

Cada política pública educacional criada interfere no cotidiano escolar, trazendo implicações e discussões acerca do que é, para que serve e para quem serve. Assim, a discussão sobre políticas públicas é muito difundida atualmente, principalmente pelos diferentes movimentos sociais. Mas o que é política? O que são políticas públicas?

Política é uma palavra de origem grega, que significa participação da pessoa e pública é de origem latina, cujo significado é povo. Sendo assim, o primeiro sentido desse termo pode ser caracterizado como participação das pessoas nas decisões da cidade.

⁵ Criado em 2001, o Inaf Brasil é realizado por meio de entrevista e teste cognitivo aplicado a partir de amostra nacional de 2.000 pessoas, representativa de brasileiros (as) entre 15 e 64 anos de idade, residentes em zonas urbanas e rurais de todas as regiões do país. O Inaf avalia habilidades de leitura, escrita e matemática, classificando os respondentes em quatro níveis de alfabetismo: analfabetos, alfabetizados em nível rudimentar, alfabetizados em nível básico e alfabetizados em nível pleno.

Se for realizada uma breve pesquisa on-line sobre o que é Política, logo nos será apontado que Política pode ser caracterizado como uma ciência de governos, Direção de um Estado e determinação das formas de sua organização; Mecanismo de orientação administrativa de Estados; Conjunto dos negócios de Estado, maneira de os conduzir; Maneira hábil de agir; astúcia; Modo cortês e civil de agir; cortesia, civilidade; Boa capacidade para se relacionar com outras pessoas e; Prática de oferecer direcionamentos ou de exercer influência no modo como algo (partido, opinião pública, eleitores etc.).

Contudo, apesar dessas diferentes definições, nenhuma conseguirá definir adequadamente a essência do que é política, pois se trata de um conceito complexo que compreende uma “caixa de ferramentas que contém diversos conceitos e teorias” (BALL, 2015).

No texto “*What’s police?*”, de Stephen Ball (2015), afirma-se que política é um programa de ação, de orientação política, composto por processos e consequências. Entretanto, o autor ressalta que existe um problema conceitual nas pesquisas que tratam sobre a temática, pois os analistas falham em definir o que entendem por política.

As políticas públicas representam uma área dentro da política que, conforme autores como Mead (1995), Lynn (1990), Peters (1986), pode ser definida como um campo de estudos da política que analisa o governo à luz das questões públicas, que produz efeitos específicos e influenciam diretamente na vida dos cidadãos. Já Azevedo (2003, p. 38) definiu que “[...] política pública é tudo o que um governo faz e deixa de fazer, com todos os impactos de suas ações e de suas omissões”.

No que tange às diferentes políticas públicas, já encontramos discussões voltadas às políticas educacionais nas quais o governo vem tentando melhorar os números relativos à alfabetização e à qualidade da educação no Brasil através de programas e projetos, que visam orientar modos docentes de pensar, ser e agir para se atingir o objetivo de alfabetizar a todos.

Podemos elencar algumas experiências que, com metodologias variadas, produziram efeitos, mas não necessariamente garantiram a alfabetização de muitas pessoas em nosso país. Dentre as citadas, podemos elencar: Programa de Formação

de Professores Alfabetizadores (PROFA⁶), o Programa de formação continuada de professores Pró-Letramento⁷, o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid), que tem por objetivo conceder experiência ao futuro professor na sua formação inicial, e o Pacto pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC).

O Programa de Formação de Professores Alfabetizadores (PROFA) foi um curso destinado a professores e formadores na década de 1990, que teve como objetivo desenvolver saberes que eram considerados fundamentais para os profissionais que ensinavam a leitura e a escrita.

O Pró-Letramento foi um programa de formação continuada de professores que atuavam nos anos iniciais do ensino fundamental, entre 2008 e 2010, com o objetivo de melhorar a qualidade de aprendizagem da leitura, escrita e matemática.

O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) foi uma política pública que esperava superar o analfabetismo, melhorar a qualidade do ensino nos anos iniciais do ensino fundamental, e qualificar os profissionais que atuam nestes anos.

Para tanto, este trabalho decorre de uma breve revisão bibliográfica sobre as políticas públicas educacionais voltadas para a formação de professores alfabetizadores, classificada também como pesquisa qualitativa, pois “[...] é adequado aos estudos da história, [...], ou seja, dos produtos das interpretações que os humanos fazem durante suas vidas, da forma como constroem seus artefatos materiais e a si mesmos, sentem e pensam” (MINAYO, 2008, p. 57).

2 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DAS PRÁTICAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA NO BRASIL

Qual o papel da formação continuada na prática escolar dos professores? Quais são seus limites e possibilidades dentro da realidade escolar? Há realmente uma qualificação profissional do professor? Essas e outras questões são algumas das inquietações que surgem ao longo do caminho percorrido pelos docentes na busca por práticas inovadoras que possam contribuir com seu trabalho cotidiano escolar.

⁶ http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Profa/guia_for_1.pdf

⁷ http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=698&id=12346&option=com_content&view=article

A importância da formação continuada durante a docência é um tema em destaque nos mais diversos documentos públicos, dentre eles podemos destacar o documento produzido pela Conferência Nacional de Educação de 2010, que afirma que: “é fundamental a institucionalização de uma Política Nacional de Formação e Valorização dos Profissionais da Educação”. (BRASIL, 2009, p. 60).

Criar estratégias para supervisionar as formações continuadas e métodos de avaliação são importantes, porque auxiliam para que haja uma qualidade maior das formações continuadas, pois a partir do momento que se tem o feedback, pode-se tratar de problemas eventuais que aparecem, assim como ter um acompanhamento mais próximo do que está acontecendo nas formações, se está ocorrendo tudo como deveria ocorrer.

Conforme Saviani (2007, p. 1), a preocupação com a formação do profissional de educação ocorre desde meados do século XIX.

A partir, porém, do século XIX, a necessidade de universalizar a instrução elementar conduziu à organização dos sistemas nacionais de ensino. Estes concebidos como um conjunto amplo constituído por um grande número de escolas organizadas segundo um mesmo padrão, se viram diante do problema de formar professores, também em grande escala, para atuar nas referidas escolas. E o caminho encontrado para equacionar essa questão foi à criação de escolas normais, de nível médio, para formar professores primários, atribuindo-se ao nível superior, a tarefa de formar os professores secundários.

Alguns estudos como o de Moraes (2006) afirmam que, em meados da década de 1980, as formações continuadas ainda visavam a um tipo de ensino que levasse o aluno a decifrar e a copiar. Com o advento da *Psicogênese da língua escrita* (1985), o percurso cognitivo do aluno passa a ser o centro da atenção dos estudos na área de alfabetização. Todavia Moraes (2006, p. 5) afirma que:

Na realidade, durante mais de uma década, o que predominou na formação inicial e continuada dos professores foi o acesso dos docentes à descrição do percurso evolutivo vivido pelo aprendiz, ao aprender o sistema alfabético e não uma discussão sobre formas de didatizar aquela informação.

Atualmente, a escola, mesmo procurando atender às necessidades do mercado, vem evoluindo com a contribuição de ações e políticas públicas voltadas para a melhoria da qualidade da educação.

O Brasil, nas últimas décadas, materializou várias iniciativas nessa direção, seja instituindo novos dispositivos legais como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9394/96), o Plano Nacional de Educação e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Fundef), seja implementando programas de intervenção específicos como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e a TV Escola. Todas essas ações têm caráter formativo e repercutem na prática escolar. (BRASIL, 2007, p. 18).

O Programa de Formação de Professores Alfabetizadores (PROFA) foi criado em 2000 e posto em prática em 2001-2002, com o objetivo de solucionar os altos níveis de analfabetismo que alarmavam a sociedade naquele período. Para a execução do programa, foram realizadas parcerias entre os setores educacionais da rede municipal, estadual, federal, como também, entre universidades. Tratava-se de curso anual, cujo público-alvo eram professores alfabetizadores para as séries iniciais de crianças, jovens e adultos.

O Programa visou conduzir a prática docente em seu cotidiano escolar, dando-lhe suporte teórico no processo de alfabetização e sugestões diretas em seu trabalho docente com os alunos. Também eram feitos estudos sobre a Psicogênese da Língua Escrita a fim de compreender os preceitos por trás das primeiras tentativas de escrita dos educandos, com o objetivo de auxiliá-los a avançar nas suas hipóteses investigativas sobre as dificuldades de alfabetização.

As formações eram distribuídas em duas turmas com momentos de estudo individual, e momentos de formação com um formador, com formação específica, para após serem disseminadores em uma segunda turma composta por professores alfabetizadores que receberam as formações.

No material do programa, podíamos encontrar: 30 gravações em fitas VHS (vídeos instrucionais com situações reais que podiam acontecer dentro das salas de aulas e outros caminhos e possibilidades); uma pasta de textos de diversos gêneros e teóricos que serviam como instrumento e organização didática do programa.

O Programa Pró-Letramento foi criado em 2005 e terminou em 2010. O programa iniciou com a preocupação de melhorar os resultados obtidos pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), pois deixaram a desejar. Esse programa fez a tentativa de capacitar os docentes no exercício do magistério por meio de dois cursos, com carga horária de 120 horas cada, voltados para a alfabetização - linguagem e um outro para a matemática, combinando encontros presenciais e

atividades individuais durante oito meses e as formações eram divididas em etapas: 1) Apresentação do programa; 2) Seleção dos tutores; 3) Adesão; 4) Formação dos Tutores; 5) Formação dos cursistas e 6) Revezamento.

O PNAIC foi uma política pública que tinha como foco a formação de professores alfabetizadores. Esse programa foi criado pelo governo federal, sendo considerado com um compromisso firmado com os estados e seus municípios, que visa alfabetizar todas as crianças brasileiras até o 3º ano do ensino fundamental.

Conforme o Caderno de Apresentação do PNAIC, o Pacto é composto por um conjunto de ações materiais, referências curriculares e pedagógicas, que são disponibilizadas pelo Ministério da Educação (MEC), que tem por base práticas de letramento. As ações do Pacto apoiam-se em quatro eixos:

1. Formação continuada presencial para os professores alfabetizadores e seus orientadores de estudo;
2. Materiais didáticos, obras literárias, obras de apoio pedagógico, jogos e tecnologias educacionais;
3. Avaliações sistemáticas e;
4. Gestão, controle social e mobilização (BRASIL, 2012, p. 5).

O PNAIC deixa claro, em seu caderno de apresentação, que existem quatro princípios centrais que o trabalho pedagógico deve apresentar, sendo eles:

1. O Sistema de Escrita Alfabética é complexo e exige um ensino sistemático e problematizador;
2. O desenvolvimento das capacidades de leitura e de produção de textos ocorre durante todo o processo de escolarização, mas deve ser iniciado logo no início da Educação Básica, garantindo acesso precoce a gêneros discursivos de circulação social e a situações de interação em que as crianças se reconheçam como protagonistas de suas próprias histórias;
3. Conhecimentos oriundos das diferentes áreas de conhecimento podem e devem ser apropriados pelas crianças, de modo que elas possam, ouvir, falar, ler, escrever sobre temas diversos e agir na sociedade;
4. A ludicidade e o cuidado com as crianças são condições básicas nos processos de ensino e de aprendizagem (BRASIL, 2012, p. 27).

Sendo assim, o dever do professor alfabetizador deve ir além de ensinar a ler e a escrever, devendo preparar o indivíduo para atuar na sociedade. Para Barreto (1998), a educação é sempre política porque não existe neutralidade nos processos educativos, ainda mais na sociedade em que vivemos, pois a educação não serve/ensina do mesmo modo a todos, estando sempre procurando atender aos interesses de uma pequena camada da sociedade.

Na busca de professores mais qualificados para o ensino, a formação continuada de professores foi uma das formas encontradas para alavancar a educação brasileira e também contribuir para o preparo para a vida em sociedade de crianças, jovens e adultos, controlando modos de ser e agir docentes. Em outras palavras, o PNAIC funciona como uma estratégia de governo das ações pedagógicas, que visa a melhora da qualidade do ensino nas salas de aulas brasileiras.

É necessário que os docentes compreendam que ao chegarem ao final de um ciclo, sendo ele graduação ou pós-graduação, não estão prontos, pois sempre há algo nomeado “novo” que se pode aprender e incorporar em suas práticas docentes. Esse “novo” constitui-se em um conjunto de estratégias de criação de condutas que atuam no gerenciamento das ações docentes, induzindo formas de planejamento. Brasil (2012, p. 27) complementa afirmando que a formação também se realiza continuamente na sua sala de aula, onde dúvidas e conflitos aparecem a cada dia.

A matriz da esperança é a mesma da educabilidade do ser humano: o inacabamento de seu ser de que se tornou consciente. Seria uma agressiva contradição se, inacabado e consciente do inacabamento, o ser humano não se inserisse num permanente processo de esperançosa busca. (FREIRE, 2000, p. 114).

A formação no âmbito deste Programa é focada na prática do professor, de modo que as singularidades do trabalho pedagógico são objeto de reflexão. Refletir, estruturar e melhorar a ação docente são, portanto, os principais objetivos da formação (BRASIL, 2012, p. 28). Isto vem ao encontro das ideias de Weffort (1996, p. 40), quando ela afirma que: “[...] se apropriando do que faz e pensa, o educador, sujeito pensante, começa a praticar a autoria de sua reflexão, assumindo a condução do seu processo”.

De acordo com os estudos de Nascimento (1996), as formações continuadas, para obterem êxito devem estar voltadas para a escola e o cotidiano do professor, a sala de aula como objeto de estudo.

No PNAIC, a valorização do professor se dá pelo aprofundamento teórico, mas também com o incentivo financeiro. Os professores participantes do programa recebem uma bolsa de R\$200,00 para participarem dos cursos de formação continuada. Os responsáveis pela formação no âmbito da universidade também recebem este benefício, de outro valor, assim como os/as formadores/as e os/as

orientadores/as de estudo. Essa ação governamental o que está previsto no Plano Nacional de Educação (PNE).

Formar mais e melhor os profissionais do magistério é apenas uma parte da tarefa. É preciso criar condições que mantenham o entusiasmo inicial, a dedicação e a confiança nos resultados do trabalho pedagógico... Salário digno e carreira de magistério entram, aqui, como componentes essenciais para a qualificação do ensino (PNE, 2001, p. 137).

Os cursos do PNAIC possuem alguns objetivos que consideram fundamentais para a formação e atuação dos professores alfabetizadores na sala de aula, que contemplam princípios não só da formação continuada, mas também de outras políticas públicas, como a inclusão e ofertas de materiais didáticos:

1. Entender a concepção de alfabetização na perspectiva do letramento, com aprofundamento de estudos utilizando, sobretudo, as obras pedagógicas do PNBE do Professor e outros textos publicados pelo MEC;
2. Aprofundar a compreensão sobre o currículo nos anos iniciais do Ensino Fundamental e sobre os direitos de aprendizagem e desenvolvimento nas diferentes áreas de conhecimento;
3. Compreender a importância da avaliação no ciclo de alfabetização, analisando e construindo instrumentos de avaliação e de registro de aprendizagem;
4. Compreender e desenvolver estratégias de inclusão de crianças com deficiência visual, auditiva, motora e intelectual, bem como crianças com distúrbios de aprendizagem no cotidiano da sala de aula;
5. Conhecer os recursos didáticos distribuídos pelo Ministério da Educação (livros didáticos e obras complementares aprovados no PNLD; livros do PNBE e PNBE Especial; jogos didáticos distribuídos pelo MEC) e planejar situações didáticas em que tais materiais sejam usados;
6. Planejar o ensino na alfabetização, analisando e criando propostas de organização de rotinas da alfabetização na perspectiva do letramento;
7. Compreender a importância de organizar diferentes agrupamentos em sala de aula, adequando os modos de organização da turma aos objetivos pretendidos;
8. Criar um ambiente alfabetizador, que favoreça a aprendizagem das crianças;
9. Entender as relações entre consciência fonológica e alfabetização, analisando e planejando atividades de reflexão fonológica e gráfica de palavras, utilizando materiais distribuídos pelo MEC;
10. Compreender a importância da literatura nos anos iniciais do Ensino Fundamental e planejar situações de uso de obras literárias em sala de aula;
11. Conhecer a importância do uso de jogos e brincadeiras no processo de apropriação do Sistema de Escrita Alfabética, analisando jogos e planejando aulas em que os jogos sejam incluídos como recursos didáticos;
12. Analisar e planejar projetos didáticos e sequências didáticas para turmas de alfabetização, assim como prever atividades permanentes, integrando diferentes componentes curriculares e atividades voltadas para o desenvolvimento da oralidade, leitura e escrita (BRASIL, 2012, p. 31).

Notamos, pelos objetivos citados, que o PNAIC se preocupava em contemplar durante o processo de aprendizagem, alguns discursos que hoje são considerados importantíssimos para que ocorra um aprendizado significativo, pois aborda uma alfabetização indissociada do letramento, visando também o olhar sobre a consciência fonológica, a partir de atividades lúdicas e jogos.

O Pibid trata-se de um programa que contribui com um número significativo de professores que ministrarão e/ou ministram aulas em todos os níveis da educação básica. No Regulamento do Pibid, encontramos uma lista brilhante de objetivos que traz reflexão de esperança a quem ergue a voz e clama por políticas públicas voltadas para a formação do professor. Assim as lemos em seu artigo 4º:

- I incentivar a formação de docentes em nível superior para a educação básica;
- II contribuir para a valorização do magistério;
- III elevar a qualidade da formação inicial de professores nos cursos de licenciatura, promovendo a integração entre educação superior e educação básica;
- IV inserir os licenciandos no cotidiano de escolas da rede pública de educação, proporcionando-lhes oportunidades de criação e participação em experiências metodológicas, tecnológicas e práticas docentes de caráter inovador e interdisciplinar que busquem a superação de problemas identificados no processo de ensino e aprendizagem;
- V incentivar escolas públicas de educação básica, mobilizando seus professores como coformadores dos futuros docentes e tornando-as protagonistas nos processos de formação inicial para o magistério;
- VI contribuir para a articulação entre teoria e prática necessárias à formação dos docentes, elevando a qualidade das ações acadêmicas nos cursos de licenciatura;
- VII contribuir para que os estudantes de licenciatura se insiram na cultura escolar do magistério, por meio da apropriação e da reflexão sobre instrumentos, saberes e peculiaridades do trabalho docente.
- VIII articular-se com os programas de formação inicial e continuada de professores da educação básica, de forma a contribuir com a criação ou com o fortalecimento de grupos de pesquisa que potencialize a produção de conhecimento sobre ensinar e aprender na Educação Básica;
- IX comprometer-se com a melhoria da aprendizagem dos estudantes nas escolas onde os projetos institucionais são desenvolvidos. (Brasil. Capes, 2016, anexo 1).

Diante desses objetivos e ideais, caberia ampliar a reflexão sobre a necessidade de pensar projetos emergentes para se discutir práticas pedagógicas frente ao atual contexto de mudanças rápidas, e os novos desafios voltados para a globalização da comunicação e era da informação, os dilemas de conhecimento, da conectividade no ambiente educacional, que impactam diretamente na atuação do professor. Assim, discutir a importância de políticas educacionais no que diz respeito

à tecnologia digital é uma urgência com o intuito criar movimentos no sentido de potencializar os objetivos propostos para a formação de professores como uma possibilidade de construir outros processos e políticas de estado, potencializando as singularidades e reflexões coletivas de como alfabetizar nesta nova perspectiva/contexto? Para estimular a inovação e contribuir com a formação integral do sujeito que queremos formar?

Com isso, vemos a relevância das políticas públicas voltadas para as demandas educacionais, as quais têm o intuito de contribuir e tornar o professor “[...] um investigador da sala de aula, que formula suas estratégias e reconstrói a sua ação pedagógica” (ALMEIDA, 2002, p. 28). Essa noção de professor investigador permeia as ações formativas do PNAIC, por meio do relato, estudo e discussão das variadas situações de ensino e aprendizagem que ocorrem em sala de aula. Essas ações ocorrem nos encontros de formação entre orientadores de estudo e alfabetizadores/as, nos municípios, e entre universidade (UFPel) e orientadores/as de estudo nos seminários e encontros regionais de formação.

Com base nos índices disponibilizados pelo censo do IBGE (2014), um ano após o término dos programas, podemos destacar que 11,6% da população entre 15 anos ou mais era analfabeta, mas que, comparada a anos anteriores, os números diminuiram, como 1996 havia 14,7%, 1999 havia 13,6%, em 2001 havia 12,4%, e em 2011 eram 8,3% pessoas classificadas como analfabetas.

A educação continua registrando os maiores avanços, com a média de anos de estudos crescendo um ano e meio ao longo da década e subindo para 6,4 anos em 2003, embora quase um terço (30,3%) da população acima dos 25 anos de idade tenha menos de quatro anos de estudo. O grupo etário que apresentou maior avanço na frequência à escola foi o de 18 a 24 anos, um aumento de 47% em dez anos, ainda que a defasagem escolar seja marcante em todas as regiões. A diferença em anos de estudo entre os 20% mais ricos e os 20% mais pobres chega a 6,5 anos.

Após a extinção do Pnaic, a taxa de analfabetismo no Brasil passou de 6,8%, em 2018, para 6,6%, em 2019, de acordo com dados do IBGE. Assim, podemos afirmar que os conhecimentos construídos por meio dessas políticas, enfatizam a importância do conhecimento e da ação de qualificar o professor na função de sua profissão. Os Programas afirmavam que, no tocante à educação, mais do que em

outras áreas, o conhecimento é de suma importância por qualificar o professor no exercício de sua profissão, agregando saberes e experiências significativas.

Em relação às políticas públicas citadas: o PNAIC e o Pibid, percebemos que há o interesse de incentivar a participação dos docentes nestas ações, porém, o que contribuiu para a falha da não execução ou resultados brilhantes é a falta de clareza em seus objetivos e também as dificuldades de adequar as suas propostas à realidade e seus respectivos contextos.

No âmbito das formações do PNAIC, o que ficou em evidência é que, mesmo as orientações sendo repassadas nos cursos de formação por diversos segmentos, desde as professoras formadoras da UFPel, formadores/as, orientadores/as de estudo até chegarem nos/as professores/as alfabetizadoras, os discursos se disseminam modificando-se algumas vezes e, outras, mantendo sua continuidade, haja vista que os grupos eram compostos por pessoas diferentes e que realizavam reflexões diferentes, pertencendo a contextos também distintos. Isso pode ter acontecido porque os discursos produzidos durante as formações na UFPel, ao serem incorporados pelos orientadores/as de estudos, vão se reconfigurando e estabelecendo condutas e formas de agir diversas.

3 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Com base nas discussões apresentadas, a partir das leituras e pesquisas que realizamos, fica evidente que as políticas públicas para formação inicial e continuada de professores, tem contribuído com a melhoria da educação, da alfabetização no Brasil e nos últimos anos, ganharam relevância nas pesquisas acadêmicas e também nos investimentos realizados pelos governos das esferas municipal, estadual e federal com o objetivo de proporcionar melhorias na educação básica. Porém, a formação de professores é uma demanda não esgotada e segue como um grande desafio, principalmente se falamos em avanços ou não das políticas públicas implantadas.

O MEC precisa oferecer, além da formação continuada, uma escola que tenha infraestrutura para que auxiliem o professor também nas práticas pedagógicas inclusivas. Também são necessárias ações em prol da valorização deste profissional, pagando salários justos e realmente incorporando, no sistema, uma instituição escolar que possa formar cidadãos letrados e plenamente alfabetizados.

O Programa Pró-Letramento teve como foco especificamente a questão da alfabetização as dificuldades relacionadas com a apropriação de conhecimentos relacionados com Língua Portuguesa e ensino da Matemática dos educandos, deixando de lado aspectos relacionados ao desenvolvimento integral do aluno, como o seu papel na sociedade e a função social formadora da escola.

O curso de Formação de Professores Alfabetizadores (PROFA) não refletiu positivamente para uma mudança significativa dentro das salas de aulas, contudo, deixou direções possíveis para uma melhor prática docente.

O PNAIC trouxe aspectos positivos, no que tange à erradicação do analfabetismo, porque se preocupa no que pensamos ser o problema central dessa discussão, a qualificação dos profissionais da alfabetização, pois a capacitação, a remuneração complementar e a valorização desses educadores são o ponto crucial para que as políticas públicas educacionais, voltadas para a formação dos professores, também, sejam discutidas e ampliadas.

A partir da análise dos dados levantados acredita-se que é necessário que os programas de formação continuada, de fato consideram o professor como um participante ativo desses processos e não apenas como um mero reprodutor dos conteúdos aprendidos durante os cursos de formação. Por fim, talvez para que os programas de formação continuada de professores sejam mais exitosos devemos partir de uma política que garanta a valorização do profissional e que ele tenha condições adequadas para que possa realizar seu trabalho.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Sérgio de. Políticas públicas: discutindo modelos e alguns problemas de implementação. *In*: SANTOS JR, Orlando A. dos *et al.* **Políticas públicas e gestão local**: programa interdisciplinar de capacitação de conselheiros municipais. Rio de Janeiro: FASE, 2003.

BALL, Stephen. **What is policy?** 21 years later: reflections on the possibilities of policy research. *In*: Discourse: Studies in the Cultural Politics of Education, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa**. Brasília: MEC, 2012.

BRASIL. Secretaria de Ensino Fundamental. **Referenciais para formação de professores**. Brasília: MEC/SEF, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa/ Secretaria de Educação Fundamental.** Brasília: MEC/SEF, 1998.

FERREIRA, Andreia Brito Ferreira; ALBUQUERQUE, Eliana Correia Borges de; LEAL, Telma Ferraz (Orgs). **Formação continuada de professores.** Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

FERREIRO, Emilia; TEBEROSKY, Ana. **Psicogênese da língua escrita.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1985.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação:** cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso em: 19 abr. 2021.

LYNN, L. E. **Designing Public Policy:** A Casebook on the Role of Policy Analysis. Santa Monica, Calif.: Goodyear, 1990.

MEAD, L. M. "Public Policy: Vision, Potential, Limits". **Policy Currents**, v. 1, n. 4, 1995.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

MORAIS, Artur Gomes de. **Concepções e Metodologias de Alfabetização:** Por que é preciso ir além da discussão sobre velhos "métodos"? Artigo publicado no XIII ENDIPE, no Simpósio "Os Discursos e as Narrativas nos Processos Educativos", sob o título "Discursos recentes sobre alfabetização no Brasil", em abril de 2006.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. **Educação e letramento.** São Paulo: UNESP, 2004.

NASCIMENTO, M. das G. C. de A. **A escola como espaço de formação continuada de professores:** análise de uma experiência. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1996.

PETERS, B. G. **American Public Policy.** Chatham, N.J.: Chatham House, 1986.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil.** Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

SOARES, Magda. **Letramento:** um tema em três gêneros. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.